

A AMAZÔNIA NOS LIVROS DIDÁTICOS*

Ana Maria Melo de Sá**
Elizangela Silva dos Santos***

RESUMO

A pesquisa é fruto do trabalho de conclusão do curso de graduação em Licenciatura Integrada em História/Geografia do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e analisou o conteúdo de Amazônia no livro didático de Geografia, cuja questão norteadora foi: Como o espaço amazônico é apresentado no livro didático de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental? Para tanto, desenvolveu-se este estudo utilizando abordagem qualitativa com revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os livros didáticos avaliados foram aprovados para as escolas públicas e fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o triênio 2017-2019 e analisados a partir de alguns critérios que se consideraram fundamentais para uma maior compreensão de sua heterogeneidade geográfica em suas dimensões físicas e humanas são: diversidades de ambientes, economia, rede de transporte e circulação, política, população, cultura e cidade-urbano. Por meio da revisão bibliográfica de autores como: Eidorfe Moreira (1989); Berta Becker (1990); Gonçalves (2001) e Trindade Júnior (2006) foi identificado, que as obras não tratam o espaço amazônico enquanto totalidade, e ao mesmo tempo pôde-se inferir a pouca atenção dada ao conteúdo que envolve a realidade amazônica, bem como a não utilização da produção de pesquisadores do espaço geográfico amazônico na elaboração do conteúdo dos livros didáticos.

PALAVRAS – CHAVE: Amazônia – Amazônias, Livro didático, totalidade.

* Artigo apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA como requisito para obtenção de título em Licenciatura Integrada em História e Geografia do curso de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR sob a Orientação da Professora Ma. Lucenil da Rocha Pereira.

** Acadêmica do curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia (Turma: Santarém-PA, 2013-A) do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

*** Acadêmica do curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia (Turma: Santarém, 2013-A) do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Oeste do Pará -UFOPA).

THE AMAZON IN DIDACTIC BOOKS

ABSTRACT

The research is the result of the work of completing the undergraduate course in Integrated Degree in History / Geography of the Basic Education Teacher Training Program (PARFOR) of the Federal University of the West of Pará (UFOPA) and analyzed the Amazon content in the textbook of Geography, whose guiding question was: How the Amazonian space is presented in the didactic book of geography of the 7th year of Elementary School? Therefore, this study was developed using a qualitative approach with bibliographical review and documentary research. The textbooks evaluated were approved for public schools and are part of the National Textbook Program (PNLD) for the 2017-2019 triennium and analyzed from some criteria that were considered fundamental for a greater understanding of its geographical heterogeneity in its dimensions physical and human are: diversities of environments, economy, transport network and circulation, politics, population, culture and city-urban. Through the bibliographic review of authors such as: Eidorfe Moreira (1989); Berta Becker (1990); Gonçalves (2001) and Trindade Júnior (2006) were identified, that the works do not treat the Amazonian space as totality, and at the same time it could be inferred the little attention given to the content that surrounds the Amazonian reality, as well as the non-use of production of researchers from the Amazonian geographical space in the elaboration of the content of textbooks.

KEY WORDS: Amazonia - Amazônias, Textbook, totality.

1. INTRODUÇÃO

Vão destruir o Ver-o-Peso
 Pra construir um Shopping Center
 Vão derrubar o Palacete Pinho
 Pra fazer um Condomínio
 Coitada da Cidade Velha,
 que foi vendida pra Hollywood,
 pra se usada como albergue
 no novo filme do Spielberg
 Quem quiser venha ver
 Mas só um de cada vez
 Não queremos nossos jacarés tropeçando em vocês
 A culpa é da mentalidade
 Criada sobre a região
 Por que é que tanta gente teme?
 Norte não é com M
 Nossos índios não comem ninguém
 Agora é só Hambúrguer
 Por que ninguém nos leva a sério?
 Só o nosso minério
 Quem quiser venha ver
 Mas só um de cada vez
 Não queremos nossos jacarés tropeçando em vocês
 Aqui a gente toma guaraná
 Quando não tem Coca-Cola
 Chega das coisas da terra
 Que o que é bom vem lá de fora
 Transformados até a alma
 sem cultura e opinião
 O nortista só queria fazer
 parte da Nação
 Ah! chega de malfeituuras
 Ah! chega de tristes rimas
 Devolvam a nossa cultura!
 Queremos o Norte lá em cima!
 Por quê? Onde já se viu?
 Isso é Belém!
 Isso é Pará!
 Isso é Brasil!

Belém-Pará-Brasil, de Edmar Rocha Jr. E
Mosaico de Ravena.

A Amazônia está presente nas mais diversas escritas desde as crônicas poéticas de Osvaldo Orico, até as literaturas científica e profana. A imagem que se tem desse espaço geográfico muitas vezes não reflete o que seja a região, pois a Amazônia está bem longe de ser homogênea, uma vez que é uma região extremamente complexa e diversificada. Os versos na música retratam apenas uma imagem do que seja esse espaço geográfico. Conceituar a Amazônia não é tarefa fácil.

Diante disso, surgiu o interesse das pesquisadoras com a temática, pois durante suas trajetórias acadêmica e profissional, observou-se que a Amazônia dos

livros didáticos não apresentava as particularidades dessa região, e ao mesmo tempo enquanto amazônidas não nos reconhecíamos enquanto sujeitos dessa Amazônia, em decorrência em parte da homogeneidade apresentada nas obras.

Por meio das leituras acadêmicas associada a empiria, observou-se que a ideia de Amazônia tem múltiplos significados. O conceito de região na leitura de diferentes áreas do conhecimento e autores, tem se apresentado de maneira polissêmica tangenciando interesses de quem faz uso e se converteu num conceito polissêmico conforme o interesse de quem usa.

O objetivo desse trabalho é analisar o conteúdo geográfico abordados nos livros didáticos de 7º ano do ensino fundamental. Para tanto, buscou-se primeiro analisar como vem sendo trabalhado e entendido o conceito de região amazônica na visão de quatro autores: Eidorfe Moreira, no texto intitulado “O conceito” publicado pela primeira vez no início da segunda metade do século XX, mais precisamente no ano de 1958. Mas, o texto aqui utilizado é da publicação “Obras Reunidas” tornadas públicas pela CEJUP, no ano de 1989.

O segundo trabalho é da autora Bertha K. Becker em sua obra “AMAZÔNIA” publicada no ano de 1990 pela editora Ática. O terceiro trabalho é do autor Carlos Walter Porto Gonçalves na obra intitulada “Amazonia Amazônias”, publicada pela editora Contexto em 2001. E por fim o texto de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, “Pensando a Concepção de Amazônia”, publicado na coletânea Panorama da Geografia Brasileira volume 1 organizado pelos professores José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima e Denise Elias pela editora Annablume em 2006.

Essas pesquisas foram realizadas na Amazônia em período distintos e ajudam “iluminar” as análises no entendimento do conteúdo apresentado nos livros didáticos de 7º ano que trabalham a Geografia da Amazônia. Entende-se que a produção dessas ideias e conceitos sobre a Amazônia na Geografia acadêmica estão de alguma maneira distantes daquelas reproduzidas nos livros didáticos de Geografia que versam sobre a região. Ademais, o enfoque trazido pelos livros didáticos sobre a região apresenta tão e somente uma visão parcial e panorâmica do conteúdo da geografia regional amazônica, não dando conta em discursões da complexidade da região.

Não se trata em hipótese alguma de buscar desqualificar a produção geográfica dos livros didáticos. Busca-se, mesmo que parcialmente por se tratar de um artigo de conclusão de graduação, apresentar os limites interpretativos que tais

obras didáticas sugerem, diante de tão complexa é o conteúdo geográfico regional da Amazônia brasileira.

Nessa perspectiva, objetiva-se com esse trabalho compreender e analisar como o espaço geográfico amazônico é apresentado no livro didático do 7º ano do Ensino Fundamental II. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica sobre a temática, bem como análise de três obras de livros didáticos de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹ para o triênio 2017-2019, pois a geografia ensinada nessa etapa da escolarização tem como conteúdo a Amazônia trabalhada nesse ano do Fundamental II. As obras foram as seguintes:

Obra	Autores	Editora/Ano
Geografia – Espaço e Vivência 7º ano	- Levon Boligan - Rogério Martinez - Wanessa Garcia - Andressa Alves	Saraiva, 2015.
Geografia Cidadã – 7º ano	- Laercio Furquim Jr	AJS, 2015.
Vontade do saber – 7º ano	Neiva Torrezani	FTD, 2015

FONTE: Livros didáticos utilizados no município de Santarém no ano de 2017.

Para a análise do espaço geográfico amazônico foram apresentados alguns critérios que se consideram fundamentais para a compreensão, a saber: diversidades de ambientes, economia, rede de transporte e circulação, política, população, cultura e cidade-urbano. Esses critérios surgiram a partir das leituras realizadas, não é intenção apresentar como os únicos para a análise do espaço geográfico amazônico, mas apenas para ajudar didaticamente na análise e interpretação da diversidade amazônica.

2. AMAZÔNIA: A polissemia de um conceito

¹ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. (Disponível em: <http://www.mec.gov.br> em 15/10/2017).

2.1 A Amazônia em Eidorfe Moreira

Para Moreira (1989), o conceito de Amazônia não se restringe a um fenômeno isolado, mas sim, envolve uma diversidade caracterizada por um conjunto de fenômenos que torna variável tal definição. Desse modo, ressalta-se a necessidade de se construir uma conceituação ampla, em razão de a Amazônia possuir um imenso espaço geográfico composto por uma pluralidade natural, apresentando especificidade que torna complexa a definição do que é Amazônia.

Partindo desse contexto que tem como objeto de reflexão a Amazônia, percebe-se as dificuldades enfrentadas para definir sua conceituação, pois além de ser uma ampla região que abriga uma diversidade natural manifestada nos aspectos hidrográfico, botânico e faunístico, também consiste na presença humana que por meio de suas ações perpassa uma leitura crítica dos problemas geográficos causados à Amazônia os quais contribuem para amplitude conceitual dessa área geográfica.

A nova concepção da Amazônia, com efeito, exprime antes uma consideração humana do que uma fórmula ou conceito geográfico, o que explica por certo o que há de arbitrário ou convencional nela. É a condição humana e não a paisagem natural, que prevalece como base dessa concepção. Ainda que criticável geograficamente falando, ela encerra um mérito que se sobreleva todas as suas inconseqüências geográficas: o de ter definido a Amazônia em função das vicissitudes do homem e não dos aparatos da natureza (MOREIRA, 1989, p. 23).

De acordo com o autor, a nova concepção da Amazônia, não expressa um conceito geográfico, pois a condição humana é à base dessa concepção, para a qual o método organizativo constitui a delimitação geográfica, considerando o homem como fator excelente para a construção modeladora de uma Amazônia em que seus aspectos naturais passem a funcionar em torno dessa condição.

Para tanto, o autor cria alguns critérios para a definição da diversidade amazônica com intuito de caracterizar a região a sua unidade o que denominou de: conceito hidrográfico, conceito fitogeográfico, conceito zoogeógrafo, conceito político, conceito econômico, os critérios delimitativos e a delimitação oficial.

Sob o olhar geográfico, o conceito hidrográfico da Amazônia é o mais amplo e definido, porém nos dias atuais, já não se define um conceito isolado dos demais aspectos que constituem uma área geográfica como antes a bacia hidrográfica era um fator determinante para a conceituação de uma região “No sentido hidrográfico, que é o mais amplo e definido geograficamente falando, Amazônia designa uma bacia fluvial, no caso a bacia do grande rio eponimo” (MOREIRA, 1989, p. 13).

Diante desse fragmento, compreende-se que os rios da Amazônia são de fundamental importância para o desenvolvimento de uma região, tanto físico-gráfico, quanto no sistema de drenagem, no processo erosivo e para outros fins como: meio de transporte e comunicações. Quanto aos aspectos social e econômico, os rios amazônicos sempre foram importantes para a organização sócio espacial das populações da Amazônia. Muitas cidades surgiram as margens dos rios e em algumas delas, o transporte de pessoas e de mercadorias ainda depende dos rios dessa região.

Quanto ao conceito fitogeográfico, a floresta amazônica consiste em uma grande riqueza de espécies vegetais, sendo também a maior em extensão, caracterizada como floresta densa, favorável à manifestação da vida vegetal “A floresta amazônica, com efeito, é a maior e mais exuberante manifestação da vida vegetal no continente e no globo ou como já se disse, o seu clímax biológico” (MOREIRA, 1989, p.14).

Aqui evidencia-se, o conceito de vegetação como elemento que se destaca nas diversas paisagens da Amazônia. Assim como o relevo, o solo, o clima, o rio e outros elementos, a vegetação também é de suma importância para a vida da Amazônia.

Ao mesmo tempo, o conceito zoogeográfico da Amazônia apresenta-se como um território vasto em espécies animais, o qual desperta interesse ao meio científico que vê nessa região, a possibilidade do desenvolvimento de estudos. Por outro lado, o autor enfatiza a relação natural que há entre a flora e a fauna amazônica o que favorece o predomínio de animais de espécie arborícola², contudo, também ressalta que dentro desses aspectos, existe limitação quanto à sobrevivência de animais de grande porte. Esses limites da Amazônia zoogeográfica, não permitem a aquisição de resultado pleno das pesquisas que visam estudar a distribuição, assim como a

² Arborícola é o termo usado para descrever animais cuja vida se dá principalmente nas árvores, tais como muitos primatas, aves, cobras e insetos. Os macacos e gorilas são arborícolas (HOUAISS, 2015).

migração e os motivos da dispersão das diferentes espécies existentes na Amazônia.

É como flora e fauna, aliás, que a Amazônia mais interesse tem despertado sob o ponto de vista científico, sobrando razão a Bates quando a considera o “Paraiso dos Naturalistas,” pela soma de material e imensas possibilidades que oferece ao estudo nesse terreno (MOREIRA, 1989 p. 16).

Em outras palavras, o maior interesse na Amazônia é em relação à flora e à fauna, uma vez que esses biomas despertam os olhares científicos, sobre a diversidade de plantas e animais, que atrai a curiosidade de muitos estudiosos, pois a Amazônia é o maior laboratório vivo para pesquisas. Todavia, o desmatamento com a ideia de desenvolvimento, é algo preocupante, porque é um fator que ameaça e pode até provocar a extinção de várias espécies da fauna e flora Amazônica.

O conceito político de Amazônia Legal foi instituído pela forma que o governo encontrou para planejar o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica. Ainda nesse sentido, é notável as concepções que discutem os limites territoriais definidos politicamente, os quais não consideraram os termos geográficos e sim as necessidades individuais identificadas na região.

A Amazônia passou a designar nesse caso menos uma unidade regional do que um conjunto político, atualmente integrado por dois Estados –Pará e Amazonas –com o projeto dos Territórios que os ladeiam – Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé (MOREIRA, 1989, p. 17).

Portanto, o autor evidencia a divisão política da Amazônia, a qual sacrificou a unidade geográfica da região visando proteger a área territorial de determinados Estados, sendo que no conjunto político do país, essa região foi designada como Amazônia Legal. A delimitação da região amazônica, considerou relevantes os seguintes critérios: o geodésico, o fisiográfico e o botânico, sendo que cada um com sua devida importância. Entretanto, dos três critérios, se manteve o geodésico³, este, porém não foi o mais acertado pois se trata de limitação abstrata.

³ É a ciência que estuda as dimensões, forma e o campo da gravidade da terra, permitindo analisar, medir e representar o espaço geográfico do planeta com precisão. A Geodésia faz parte de um conjunto de disciplinas denominadas “ciências geodésicas”, que incluem a cartografia, a topografia, a fotogrametria, o sensoriamento remoto e a astronomia de posição. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 0/10/2017.

Não se pode limitar razoavelmente uma região com critérios dessa natureza, aplicáveis e aceitáveis quando se trata de divisões político-administrativas ou judiciárias, como comarcas, municípios, departamentos ou Estados, mas nunca a uma região, que é uma entidade eminentemente geográfica e como tal insuscetível de limitações abstratas (MOREIRA, 1989, p. 21).

Nessa abordagem, o autor destaca que a delimitação de uma região não se faz com critérios passíveis de limitação abstrata, principalmente quando se trata da divisão de aspecto político-administrativas ou judiciárias, como é o caso de comarcas, municípios, departamentos ou Estados.

Pode-se inferir, que o estudo de Eidorfe Moreira (idem), é fruto de pesquisa pois analisou a diversidade dessa região considerando as particularidades de ordem humana: sociais, políticas, econômicas, além dos critérios da sua exuberante natureza o que o autor denominou de: conceito hidrográfico, fitogeográfico e zoogeográfico. Mas, reconhecendo ao mesmo tempo sendo apenas uma proposta, pois os conceitos criados para a região não podem ser restritos em decorrência de sua grandeza dependendo de quem avalia e qual a sua limitação.

3. A Amazônia na obra de Bertha Becker

A obra de Becker (1990) apresenta as grandes questões e os autores da organização ou (des) organização e de definição da Amazônia brasileira, enfatiza o movimento de apropriação da região e a maneira violenta com que se desenvolvem os conflitos próprios da sociedade brasileira. Nesse sentido, a Amazônia tornou-se uma frente capitalista de empreendimentos com prioridade econômica. Desse modo, é vista como uma região com potencial econômico e político, propícia à possibilidade de expansão do capitalismo, a partir do qual definem-se estratégias de apropriação do território e exploração dos recursos, dando à fronteira, novo significado.

As regiões não são entidades autônomas. Pelo contrário, configuram-se a partir das diferenças que apresentam em relação as outras e do papel

diferenciado que exercem no conjunto da sociedade e do espaço nacionais. É nesse contexto que se pode entender a Amazônia, rompendo com alguns mitos que a envolvem (BECKER, 1990, p. 8).

Assim, as regiões não existem isoladas, pois dependem do exercício de suas diferenças para configurar sua importância no contexto sócio espacial, e assim superar os mitos que não refletem a realidade da Amazônia. Por isso, a noção de Amazônia como fronteira, visa explicar os fatores que definem o processo de estruturação do espaço. Portanto, a possibilidade de produção expansiva e controle da região passaram a direcionar um novo discurso considerando os movimentos sociais organizados em defesa dos territórios ameaçados.

Fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (BECKER, 1990, p. 18).

Partindo desse prisma, a fronteira apresenta um novo significado apontando a Amazônia como um espaço sócio-político que está em processo de estruturação. Contudo, é necessário compreender que a Amazônia é uma região habitada por populações tradicionais as quais visam a preservação de seus territórios e dos recursos existentes nessa região e assim muito dessas mudanças não atendem as necessidades daqueles que vivem nesse espaço.

Nesse contexto, evidencia-se o novo significado da urbanização que além de favorecer o crescimento das cidades, também influencia nos espaços social e territorial sendo que, socialmente integra a economia por meio da mobilização, exploração e concentração de produtos e por meio da integração ideológica, introduz os valores e comportamentos modernos. Já, na dimensão territorial, o padrão dos núcleos urbanos é multiplicado e articulado com a população local.

A urbanização não é simplesmente o aumento do número e do tamanho das cidades. Ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna; (b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjos dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral

de circulação excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local (BECKER, 1990, p. 52).

Percebe-se que a nova concepção da urbanização envolveu vários fatores, dentre esses o crescimento das cidades culminando com um grande movimento migratório, tanto de pessoas como de atividades agrárias, porém juntamente com a expansão da economia, o governo incentivou o processo de ocupação territorial por intermédio dos núcleos urbanos. Da mesma forma, a integração ideológica cultural sofre modificação, capaz de refletir os valores e comportamentos da vida moderna.

Ressalta-se também nessa frente de expansão da fronteira a exploração de recursos minerais em grande escala: de um lado os garimpeiros em busca de ouro e dos grandes projetos minerais a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC) este com anuência do Estado brasileiro, incentivando a entrada de empresas transnacionais com intuito de afirmação do Estado nacional para a multinacionalização das empresas estatais. Deste modo, a exploração dos recursos minerais é fundamental para os interesses do Estado, por meio dessa nova forma de organização do espaço surgiram novos conflitos em decorrência dos diversos atores (empresas, garimpeiros e índios).

Diante disso, o governo brasileiro para prosseguir seu projeto cria o Projeto Calha Norte (PCN), sob a responsabilidade da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional com o objetivo de garantir a presença e movimentação das Forças Armadas para apaziguar conflitos e acelerar a produção hidrelétrica para atender a funcionalidade dos grandes projetos (BECKER, 1990).

Outra fronteira mencionada pela autora a denominou de tecno(eco)lógica, cujo interesses são de ordem ecológicos, tecnológicos e políticos com a finalidade da tecnologia criar condições para a “exploração da floresta, rios, sucedendo rapidamente novas frentes contraditórias” (BECKER, 1990, p, 83). Nesse contexto, os interesses são voltados tanto pela tecnologia energética da floresta, bem como um “santuário” para a engenharia genética, interesses esses de escala nacional e mundial pela riqueza dessa região.

Em face dessa situação, pois a exploração da floresta leva ao desmatamento surge a preocupação sobre as consequências para a vida do planeta. Becker (idem) destaca a relação da Amazônia para o equilíbrio planetário, constituindo assim, um

novo discurso que contesta a ideologia sobre a Amazônia como “pulmão do mundo”, sucedendo-se novas frentes contraditórias.

A Amazônia não é o pulmão do mundo. A grande quantidade de oxigênio liberado pela atividade fotossintética é na verdade, utilizada pela própria floresta e por seus organismos. As florestas Amazônicas representam, contudo, um reservatório significado de carbono (cerca de 20% do planeta), absorvendo grande quantidade de gás carbônico, considerado o principal causador do “efeito estufa” (aquecimento gradual da atmosfera provocado pela absorção e retenção do calor solar por certos gases) (BECKER, 1990, p. 90).

A partir dessa visão, procede-se o entendimento de que a Amazônia não é o pulmão do mundo, isto se justifica, segundo a autora, porque o oxigênio liberado pela floresta é consumido pela própria floresta. Assim como, o gás carbônico, considerado agravante ao meio ambiente, é absorvido em grande parte pela vegetação da região.

Outra concepção referente à Amazônia, consiste na ideia de homogeneidade. Acerca desse raciocínio, Bertha afirma:

A Amazônia nunca foi homogênea, e hoje, submetida a um rápido processo de destruição/construção, também se fragmenta em unidades sub-regionais constituídas por novas sociedades locais. Essa diferenciação é resultado da ação do Estado e da iniciativa e do confronto de diferentes grupos sociais, isto é, da prática social (BECKER, 1990, p. 96).

Sintetizando o pensamento de Bertha Becker neste trabalho, aqui salienta-se a percepção de que o espaço amazônico nunca foi homogêneo, uma vez que este apresenta uma diversidade natural com uma população tradicional rica em cultura própria, embora hoje seja submetida a um processo destrutivo.

A autora considera um dos últimos grandes, ricos e pouco habitados espaços do planeta, sendo uma frente de povoamento e de investimentos nacionais e mundiais. Fronteira limiar, essencialmente heterogênea, multifacetada, urbana e induzida pelo Estado. Empresas detentoras da tecnologia moderna, ambientalistas

nacionais e mundiais, povos da floresta convergem na defesa da região, entretanto com interesses divergentes.

4. Conceito Amazônia, Amazônias em Carlos Walter

Para a compreensão do espaço amazônico Carlos Walter, desenvolve suas análises a partir da ideia de dois padrões de organizações espaciais: o padrão de organização do espaço amazônico Rio-Várzea- Floresta e o padrão de organização do espaço Estrada-terra-firme-subsolo. Para o autor esses padrões foram criados no decorrer da formação sócia geográfica do mundo moderno resultado dos diferentes interesses de segmentos e classe social, esses presentes ou não na região (GONÇALVES, 2001).

O primeiro padrão de organização tem início no século XVII com a fundação dos fortes militares e perdura até 1960. Segundo o autor, nesse contexto os rios foram fundamentais no processo de organização e produção do espaço regional da Amazônia. Conforme Gonçalves, (2001, p. 94): “Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região”. Deste modo, observa-se o quanto os rios da Amazônia serviram como meio de penetração para o intercâmbio comercial, tendo como exemplo disso, a comercialização denominada regatão⁴, que introduziu a exploração dos recursos existentes nas várzeas e florestas em troca dos produtos industrializados, e assim dominou os lugares mais distantes e sua população.

O modo como se apropriavam da natureza implicava uma determinada forma de convivência com os ecossistemas regionais que passam, a partir dos anos setenta, a ser disputados partindo de outros referenciais, com uma valorização seletiva de um ou outro elemento isolado da natureza: o minerador está interessado no subsolo, pouco se importando com o solo, com o rio ou com a floresta que, para ele, são obstáculos; o pecuarista vê a floresta como mato a ser derrubado para se transformar em pasto; o madeireiro, com a abertura das estradas, pode explorar além das cercanias dos rios, ao ter acesso à terra firme e, (...), reproduzem na Amazônia essas práticas (GONÇALVES, 2001, p. 104).

⁴ É um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades amazônicas, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas (MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2. Belém: NAEA/UFPA.

Como se observa, as populações da Amazônia que associavam sua vida à natureza, passaram a conviver com a intensa disputa sobre os recursos naturais expressos nos dois padrões de organização do espaço, onde a ação do sistema capitalista se tornava ecologicamente desfavorável ao modo de vida da região.

Ainda segundo Gonçalves (2001) a partir da segunda metade do século XX, precisamente 1960, o processo de ocupação e produção do espaço não acontece apenas as margens dos rios, várzeas, nem tão pouco a produção econômica ocorre somente nas florestas. Dar-se-á também a ocupação das terras firmes, com aberturas de rodovias e exploração dos minerais do subsolo que tornaram a Amazônia mais complexas.

Evidenciando a nova fase de modernização da Amazônia, sobretudo a apropriação desse espaço que visivelmente após o acesso à região através dos rios, prosseguiu o investimento no processo de estruturação a partir da abertura de estradas em terra firme, acentuando cada vez mais os problemas sociais e ecológicos, uma vez que o desmatamento passa a ser o maior interesse do novo capital.

Essa opção de integrar a região via estradas e pela terra firme gerou consequências sociais e ecológicas de enormes proporções, particularmente com relação aos desmatamentos, ao avanço da pecuária e de empresas madeireiras, e o destino das populações que já ocupavam a região (GONÇALVES, 2001, p. 103).

Acerca dessa concepção, compreende-se que a integração da região amazônica por meio das estradas, para a elite dominante era uma forma de tornar mais viável a acessibilidade principalmente para os que dispõem dos poderes econômico e político. Já, para as populações nativas, restariam somente as consequências negativas desse tipo de desenvolvimento idealizado pelos capitalistas. Assim, o padrão rio-várzea-floresta, ao longo dos tempos foi se modificando e não parecia mais interessante para o novo capital, segundo o que afirma Gonçalves, (2001): “Deste modo podemos dizer que uma Amazônia estava descartada, aquela do padrão rio-várzea-floresta” (GONÇALVES, 2001, p. 101).

Durante décadas a apropriação da Amazônia refletiu a imagem de uma região submissa ao modelo colonial de exploração. Entretanto, percebe-se que essa

realidade foi modificando-se a partir da reorganização social, que deu novo significado ao contexto amazônico.

Logo a Amazônia se transformou em um cenário de enormes tensões e conflitos onde antigas imagens que da região se tinha cederam lugar a uma outra devastação, de exploração, de violência e resistência. É esta imagem que vem ganhando o mundo através não só da imprensa, da ação de lideranças de movimentos sociais e, também de trabalhos científicos (GONÇALVES, 2001, p. 13).

O ponto de vista apresentado mostra que a imagem conflitante da Amazônia aos poucos vai se transformando através da ação de lideranças representantes de organizações sociais, assim como da imprensa que divulga as ações e de trabalhos científicos que através de pesquisas levam ao meio acadêmico as discussões e a obtenção dos resultados.

Ainda nesse contexto, Gonçalves, (2001, p. 10) enfatiza: “Há várias Amazônia na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si. Há que se optar por aquelas que tornem possível uma vida melhor, não só para os seus habitantes, mas também para o planeta”. Aqui se evidencia a diversidade amazônica, mostrando que esta região é heterogênea a que contrasta os olhares externos. Por isso, a Amazônia apresenta uma complexidade ambiental e uma população rica em conhecimentos que precisam ser consideradas como base para o desenvolvimento sustentável, do qual os nativos devem ser os protagonistas.

5. A concepção de Amazônia em Saint-Clair

Em sua obra, o autor discute a concepção de Amazônia no contexto histórico atual, tendo base de reflexão as singularidades que ao mesmo tempo tornam complexa a sua compreensão como região diversificada. Para tanto, as contemplações das análises foram direcionadas pelas temáticas: A Amazônia como um ecossistema, a Amazônia como espaço estratégico de ação e finalmente a Amazônia como fronteira, e pautado nas análises evidencia-se o desenvolvimento dessa discussão.

Uma primeira particularidade que tem sido bastante divulgada desde a chegada dos primeiros colonizadores no espaço amazônico tem sido, sem dúvida, pautada no reconhecimento da natureza como conformadora de um quadro geográfico muito próprio. Trata-se, portanto, de enxergar a Amazônia como um espaço de domínio da floresta equatorial imbricada a elementos como o clima e a hidrografia (TRINDADE JÚNIOR, 2006, p. 356).

Se tratando de Amazônia como ecossistema, essa percepção revela o olhar das pessoas consideradas “de fora”, voltado para o espaço natural isolado sendo essa uma forma singular, de reconhecimento da Amazônia. Desse modo, percebe-se a necessidade de colocar o ser humano como elemento fundamental para a produção social do espaço geográfico, pois esse modo de ver a região, anula a presença humana e desconsidera a importância de sua identidade cultural para a compreensão dessa particularidade regional amazônica.

Contrapondo a primeira concepção, a outra maneira de definir a Amazônia nega uma realidade que contempla a pluralidade cultural, natural e social, a qual serviria de referência para a compreensão das particularidades que o espaço amazônico oferece como mediação entre o universal e a singularidade.

A segunda concepção entende a Amazônia como um espaço estratégico para a ação capitalista, pois seus idealizadores acreditam que a região necessita de integração territorial para se desenvolver e assim, busca retomar os projetos anteriores os quais visam o ordenamento territorial tendo o Estado como base de sustentação.

Outra noção de Amazônia baseia-se no seu reconhecimento como espaço estratégico para ação e o planejamento do Estado e dos interesses capitalistas. Essa é uma noção de região, ou mesmo um discurso sobre a região, bastante utilizado por órgãos e instituições oficiais que estabelecem ações e intervenções nesse espaço regional (TRINDADE JÚNIOR, 2006, p. 358).

A Amazônia também é pensada a partir de uma terceira concepção que consiste na noção de fronteira. Esse processo visa expandir as atividades econômicas e as novas relações de produção, que envolvem a exploração madeireira, a agricultura mecanizada, a industrialização da matéria prima, a construção de hidrelétricas, além da urbanização como instrumento de ocupação do espaço. Para tanto, esse modo de produção capitalista, mais uma vez recai na

apropriação do território, sem considerar a dimensão cultural como parte dessa noção do espaço amazônico.

Uma terceira forma de pensar a região parte da noção de fronteira. Nessa interpretação, a Amazônia tornou-se uma frente econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de estruturação do território brasileiro (TRINDADE JÚNIOR, 2006, p. 359).

Considerando a forma de pensar a região amazônica como fronteira, diversos autores discutem a Amazônia nessa perspectiva e enfatizam um conjunto de percepções mostrando a estrutura do capitalismo por meio das fronteiras econômicas sendo estas controladas politicamente pelo Estado. Todavia, a fronteira hoje representa além de um novo significado, traz consigo o propósito de inserir a Amazônia como reserva mundial na economia de mercado. Em suma, as discussões até então apresentadas pelos autores, parecem não ter conseguido envolver todas as particularidades existentes e necessárias à compreensão do conjunto que forma a região amazônica.

6. A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

A história da Geografia escolar no Brasil teve início no século passado, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação do povo brasileiro, com o propósito de propagar o nacionalismo patriótico. Para VLACH (1988), o caráter ideológico presente no currículo, por meio da disciplina Geografia, foi presença significativa também nas escolas primárias e secundárias da Europa do século XIX, quando a disciplina é institucionalizada como ciência para atender aos interesses políticos e econômicos dos vários Estados-nação. Ademais, a disciplina exaltava os aspectos do quadro natural desses estados com o intuito de também difundir o patriotismo nacionalista.

A partir do exposto, constata-se que os objetivos de uma ciência ou de uma disciplina podem ser relativos, diferenciando-se no espaço e no tempo de acordo com as estruturas econômicas e sociais. Os atuais enfoques do conhecimento

geográfico no Brasil são resultados de várias correntes do pensamento influenciadas desde a escola lablachiana até as correntes mais contemporâneas orientadas nos referenciais das correntes humanísticas, fenomenológicas ou ainda fundadas no materialismo histórico dialético.

Por conseguinte, a geografia escolar do mesmo modo sofre influências dessas abordagens até chegar às salas de aula por intermédio dos livros didáticos. Assim sendo, o livro didático de Geografia no Brasil se constituiu como recurso pedagógico de natureza complexa, por isso se tornou um tema polêmico cuja finalidade pode ser educativa, mas ao mesmo tempo lucrativa que visa de um lado à formação do ser humano, e de outro aos interesses políticos e econômicos da indústria cultural.

No Brasil, a partir de 1930, a geografia escolar passa a ser institucionalizada por meio de legislações oficiais reguladoras do ensino nacional. Entretanto, ainda no final do século XIX já havia “o clamor por uma mudança epistêmico-didática nas escolas” (ROCHA, 2009). E ainda para o referido autor, a geografia escolar foi responsável não só pela legitimação da nova ciência, como ao mesmo tempo pela sua institucionalização.

Para compreender melhor a geografia escolar que hoje está presente nas salas de aula, bem como a utilização do livro didático e, conseqüentemente, as práticas dos professores, faz-se necessário apresentar e discutir as proposições de Ruy Barbosa (final do século XIX) e Delgado de Carvalho (primeiras décadas do século XX), os primeiros teóricos a se preocupar e a contribuir com a geografia praticada nas escolas brasileiras.

Utiliza-se para tal reflexão pesquisa desenvolvida por ROCHA (2009) sobre os pareceres da “Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública” elaborados por Ruy Barbosa em 1882, e sobre o livro escrito em 1925, por Delgado de Carvalho, intitulado “Metodologia do Ensino Geographico” (introdução aos estudos da geografia moderna), considerado obra pioneira sobre o ensino da geografia moderna⁵ no Brasil e as primeiras críticas aos livros didáticos no país.

⁵ A Geografia moderna nasce como um projeto da revolução burguesa. E como um fenômeno alemão, em que a revolução burguesa mais se atrasa, Hartshorne informa que, no formato de base com que a conhecemos, nasce das mãos de Kant. O Nascimento da Geografia moderna situa-se na segunda metade do século XVIII, alimentada na filosofia do Iluminismo e do Romantismo Alemão (MOREIRA, 2006 APUD TATHAM, 1959).

A partir das últimas décadas do século XIX, a geografia escolar praticada nas escolas brasileiras torna-se objeto de questionamentos no que diz respeito aos seus conteúdos e aos seus métodos utilizados pelos professores. A reforma educacional decretada por Leôncio de Carvalho e elaborada por Ruy Barbosa em 1882 (relator da Comissão de Instrução da Câmara) traz à tona essas discussões sobre o que se ensinava nas escolas brasileiras. Inúmeros pareceres foram elaborados especificamente no que diz respeito à disciplina geografia:

Para a geografia, mais especificamente seu significado adquire uma importância ainda maior, pois neles está presente uma proposta que se tivesse sido concretizada traria oficialmente para nossas salas de aulas, a chamada geografia moderna, paradigma então emergente no seio a ciência geográfica e que, segundo a historiografia hoje existente, só viria se manifestar nas escolas brasileiras nos anos 20 deste século. [...] Na parte do parecer dedicado à disciplina geografia, Ruy deixa bem clara a sua opinião sobre a importância da presença da mesma nos currículos escolares [...] denunciou as mazelas que caracterizavam a prática de ensino desta disciplina no Brasil, demonstrando o quanto estéril era a aprendizagem de geografia nas nossas escolas. Memorizar era a palavra de ordem. Reter o maior número de nomenclaturas era considerado o verdadeiro sentido da aprendizagem (ROCHA, 2009, p. 80).

Percebe-se a realidade das salas de aula naquele momento, e o quanto a geografia ensinada pouco ou quase nada contribuía para a formação da juventude brasileira. Por meio dos pareceres de Ruy Barbosa ainda se compreende o modelo epistêmico-didático adotado pelos professores e, ademais, não é identificada a interação homem-meio nos estudos geográficos. Deste modo, a disciplina ensinada não proporcionava a reflexão sobre os fenômenos naturais e muito menos sobre a dinâmica da sociedade e, por conseguinte, ficava prejudicada assim a formação de um sujeito crítico e reflexivo de sua realidade social. Ainda acerca do trabalho didático pode-se ressaltar:

Listas imensas de nomenclaturas faziam parte das enfadonhas aulas de geografia. Noções de astronomia, a fisiografia dos continentes, nomes dos países e suas respectivas capitais, seus produtos de exportações suas localizações, suas fronteiras, a fisiografia do território brasileiro, sua divisão administrativa, capitais e principais cidades das províncias, divisões administrativas, e eclesiásticas, dentre outros tópicos, deveriam ser memorizados pelos alunos que constantemente eram sabatinados para dar prova da fixação de “tão importante conteúdo”. Era a “geografia dos professores”, na sua forma mais empobrecida [...] (ROCHA, 2009, p 80).

Constata-se que de acordo com a metodologia utilizada pelos professores, a palavra de ordem era a geografia mnemônica, descritiva, fruto dos pressupostos teóricos da geografia clássica⁶. Nesse sentido, o importante seria o estudo dos fenômenos em si, quer seriam eles (naturais ou sociais), pois não competia ao geógrafo dar explicações dos fatos observados e suas causas. Assim sendo, esse estudo demonstra o trabalho pedagógico realizado pelos professores de geografia da época e, ao mesmo tempo revela o tipo de livro didático utilizado para o processo de construção do conhecimento sócio espacial.

ROCHA (idem) afirma que, apesar de todo esforço empreendido por Ruy nos pareceres para uma mudança significativa no modelo educacional, os documentos não chegaram a ser apreciados e muito menos aprovados pela Câmara do Império Brasileiro. Entretanto, as críticas acentuaram-se e passaram a ser deferidas com mais intensidade por intermédio dos trabalhos de Delgado de Carvalho.

Nesse processo de penetração do paradigma da ciência moderna no Brasil, o professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho teve papel fundamental na implementação de um novo currículo escolar para a disciplina geografia. O professor nasceu e desenvolveu seus estudos inteiramente na Europa e tal formação em renomadas instituições de ensino nesse continente lhe possibilitou ter contato com ideias de cunhos liberais e democráticos, e essas “influências o fizeram defensor da crença no espírito do progresso e da liberdade do homem, elementos que vão perpassar toda a sua produção teórica” (ROCHA 2009, p. 87).

À frente do tradicional Colégio D. Pedro II como professor e diretor da instituição, o referido professor lança em 1925 o seu mais importante livro voltado para o ensino: *Methodologia do Ensino Geographico* (Introdução aos estudos de Geographia Moderna). A respeito dessa obra, PONTUSCHKA manifesta-se da seguinte forma:

⁶ A Geografia clássica surge no final da segunda metade do século XIX, é o período de uma nova fase. A fase de uma Geografia marcada pelo antagonismo da necessidade de fragmentar-se para estar em dia com a contemporaneidade do pensamento e da necessidade de recuperar a integralidade de visão de mundo que tinha antes, como um modo de ser e fazer ciência que reproduz em suas fronteiras inteiramente a plêiade de problemas que o pensamento moderno acumula. Chamamos de clássicos os consolidadores da Geografia moderna. São os geógrafos que vêm, portanto, na sequência da geração criadora, Alexandre von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), e dos que antes destes lançaram os fundamentos e sistematizaram a Geografia como um discurso organizado, G. Foster e I. Kant (1724-1804) particularmente. (MOREIRA, 2008, p. 16-22).

A Metodologia do ensino geográfico, publicada em 1925, constitui o trabalho mais importante da geografia do Brasil, na primeira metade do século XX, escrito por Delgado de Carvalho (...) e o primeiro a se preocupar com o ensino de geografia, fundamentado pelo método de pesquisa e ensino da época propondo uma distribuição mais precisa e lógica dos conteúdos. Esse estudioso interferiu inclusive nas concepções dessa disciplina nas reformas de ensino ocorridas no início do século em nosso país (PONTUSCHKA, 2010, p. 113).

A autora ainda ressalta que, neste período, o que se sabe sobre a produção voltada para ensino e aprendizagem da geografia, é que só passa a ser conhecida através das críticas aos livros didáticos realizadas por historiadores com destaque para Delgado de Carvalho. Assim, os estudos e as críticas realizados acerca do objeto de estudo “livro didático de geografia” é mais antiga do que o próprio estudo da geografia escolar voltado para o processo de construção do conhecimento sócio espacial.

Delgado de Carvalho, analisando o papel dos professores e o uso do mencionado recurso, ressalta: “(...) saber se a memória do aluno foi fiel, e, para poder seguir exigiria apenas que a recitação seja feita de preferência na ordem em que foi comentada a matéria no completo compêndio” (ROCHA 2009 *apud* CARVALHO 1925).

Além da crítica aos métodos de ensino, o educador criticava severamente os livros didáticos utilizados pelos professores da época. Sua preocupação ia além do livro didático, tinha como objeto de inquietude também o trabalho desempenhado pelo professor, pois não seria importante somente modificar o programa dos estabelecimentos de ensino no Brasil, mas desencadear uma mudança significativa em todo o processo educativo desde a metodologia, perpassando pela explicação de novas teorias, de novos modelos didáticos e, sobretudo, na formação dos professores da época.

Os trabalhos desenvolvidos por Ruy Barbosa e Delgado de Carvalho foram fundamentais para mudanças significativas na geografia escolar. Todavia, além das contribuições voltadas para o ato de ensinar e as críticas ao livro didático, suas obras permitiram questionar a geografia clássica, o que possibilitou o surgimento de uma nova geografia, a chamada geografia moderna com base na ciência positivista. Conseqüentemente, essas ideias foram fundamentais para o avanço epistemológico da geografia brasileira.

No decorrer da primeira metade do século XX, os geógrafos brasileiros produziram diversos trabalhos sobre o ensino da geografia, entretanto suas preocupações estavam centradas nos conteúdos de geografia: “o que ensinar” e não o “como ensinar”, ou seja, não era o centro dos seus trabalhos o método e os recursos didáticos.

Ainda com base em PONTUSCHKA (2010), nessa trajetória é importante lembrar o papel fundamental de algumas instituições como: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mais uma vez o Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro, que definiam o conteúdo programático a ser ensinado nas escolas brasileiras. Somente em 1934 com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), o país vai presenciar a primeira geração de professores licenciados, além do desenvolvimento da ciência geográfica em nível nacional.

Concomitantemente a essas instituições, foi fundada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que teve e tem até o presente momento papel fundamental para aqueles que pesquisam a ciência geográfica ou o ensino de geografia no Brasil. Ademais, ao que parece a geografia desenvolvida no início do século XX era a geografia dos livros didáticos. Foi por meio do estudo do livro didático do período que se toma conhecimento do que foi a geografia daquele momento histórico. A esse respeito Aroldo de Azevedo realiza a seguinte reflexão:

Mas que geografia é essa? A geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catalogado, que tanto horror causava e ainda causa, por ser um instrumento de martírio dos estudantes...? Ou a geografia que se confunde com a topografia e a cartografia...? Ou finalmente a verdadeira geografia, a geografia moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América notadamente em que a interpretação dos fatos constitui o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas? (PONTUSCHKA, 2010 p. 114 *APUD* AZEVEDO, 1954). Observa-se que a crítica realizada por este autor não só se destina ao ensino de geografia daquela época, como também se constitui como um clamor para que os profissionais do país adotassem uma postura científica diante do conhecimento geográfico. Vale ressaltar que naquele período havia uma dependência do que se produzia na Europa e nos Estados Unidos, para o autor essa seria a “verdadeira geografia”, ou seja, a geografia válida.

A partir das décadas de 1940 e 1950, o Departamento de Geografia da USP volta-se para os estudos regionais, criando inclusive em 1949 a cadeira de geografia regional neste departamento. Nesse sentido, O IBGE foi fundamental para a disseminação desses novos estudos que vão ser divulgados por meio dos professores de geografia, chegando “desde a escola fundamental até a universidade, pelos livros didáticos e orientações metodológicas fundamentais em material e publicações produzidas por este órgão” (PONTUSCHKA, 2010, p. 115). Portanto, verifica-se a importância dessas novas instituições acima citadas para o ensino de geografia, bem como da ciência geográfica.

A autora ressalta ainda os princípios da escola francesa presentes nas primeiras gerações de cientistas brasileiros, bem como no trabalho pedagógico dos docentes brasileiros. Este saber chegou às escolas por meio dos livros didáticos escritos por professores universitários, vale destacar a produção de Aroldo de Azevedo que teve seus livros utilizados hegemonicamente nas escolas brasileiras entre os anos de 1950 a 1970.

Em decorrência do regime militar, o conhecimento apresentado às escolas era uma geografia empobrecida, desvinculada da realidade vivida e descaracterizada pelas propostas de estudos sociais. Introduzidos pela Lei 5.692/71, os livros exibiam a ideologia do governo exaltando as “grandes obras” dos militares assim como as hidrelétricas e as chamadas rodovias de integração. As ideias deste governo eram divulgadas por intermédio das editoras que, preocupadas em se manter no mercado editorial, reproduziam fielmente as ideias do governo ditatorial.

A partir das décadas de 1980 e 1990, houve grandes transformações nos conteúdos e abordagem da Geografia. De certa forma, essas transformações foram decorrentes das influências dos teóricos de tendências marxistas, mas ainda “continuaram os embates teóricos metodológicos entre as diferentes correntes do pensamento geográfico: a New Geography, a Geografia Tradicional, a Geografia crítica, a Geografia da percepção” (PONTUSCHKA, 2010, p.126).

Ao mesmo tempo, a produção de teses e dissertações voltadas para o ensino da Geografia, bem como os eventos organizados pela AGB possibilitaram repensar a Geografia escolar. E toda essa movimentação, na tentativa de renovação da Geografia escolar, acabou atingindo o trabalho pedagógico dos professores, e em especial a produção de livros didáticos de melhor qualidade, do mesmo modo os paradidáticos escritos pelos professores pesquisadores de Universidades do

sudeste brasileiro. Talvez isso tenha sido decorrente dos trabalhos defendidos que, em sua maioria, tinham como tema: *o livro didático*.

Nessa mesma década, a AGB, preocupada com os rumos da Geografia, mobilizou os docentes para o I Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, realizado em Brasília. Neste encontro estavam presentes segundo PONTUSCHUKA (idem), cerca de dois mil docentes preocupados com um ensino de Geografia que contribuísse com a formação do cidadão para que conhecesse o seu espaço geográfico e as suas contradições.

Nesse encontro, além da inquietação com a questão dos conteúdos a serem ensinados e a questão metodológica, o livro didático também passou a ser questionado como a única fonte utilizada para as orientações didático-pedagógicas, já que esse instrumento nem sempre atendia à finalidade da formação geográfica de qualidade, mas, sobretudo, aos interesses das editoras.

Com a criação do Programa Nacional do Livro Didático PNLD desde 1985 até os dias atuais, acirrou-se a disputa entre as editoras para este mercado, presencia-se que a criação deste programa se tornou a maior política de livro didático do mundo, tendo em vista que alimenta mecanismos e interesses próprios de relações mercadológicas. O livro didático brasileiro distribuído aos alunos da escola pública é produzido sob os cuidados do Estado brasileiro, este é o maior comprador das editoras por meio do PNLD, por isso necessita-se de mais estudos acerca de uma política que envolve gastos públicos.

Especificamente para a realidade da região amazônica em decorrência das péssimas condições de infraestrutura das instituições escolares, bem como a carência de recursos didáticos, o livro didático acaba sendo um dos poucos materiais em que o professor pode fazer uso para sua aula. Diante desse fato, é necessário que o docente possua formação inicial e continuada para responder os desafios de sua profissão.

Por tudo isso, deve-se pensar acerca do papel das universidades na formação geográfica do professor porque o que se ensina nas instituições educacionais, quer sejam de educação superior ou básica, reflete-se diretamente na formação dos educandos e, conseqüentemente, na sociedade. Nesse sentido, se faz necessário que utilize-se livros que apresentem a diversidade amazônica, especialmente para aqueles que vivem nesse contexto.

7. A AMAZÔNIA E SEU CONTEÚDO GEOGRÁFICO NO LIVRO DIDÁTICO DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Entende-se a Amazônia como uma região no sentido geográfico do termo. Essa porção do espaço territorial brasileiro apresenta-se como uma particularidade como sugere Trindade Junior (2006). Esse entendimento não indica pensar a região como um espaço homogêneo, pois para Gonçalves (2001) tem-se várias amazônias na Amazônia. Igualmente para Eidorfe Moreira (1989), essa região pode ser entendida a partir das diferentes dimensões da totalidade espacial.

A proposta dessa pesquisa é compreender a região Amazônica mais pelo que essa particularidade apresenta de diferente, isto é, suas heterogeneidade e diversidade de ambientes, populações e culturas do que propriamente essa região apresenta de homogeneidade. Isso implica em grande esforço em função da extensão e diversidade regional.

A seguir apresenta-se a análise dos livros didáticos a partir de alguns critérios que se considera fundamental para uma maior compreensão de sua heterogeneidade, geográfica em suas dimensões físicas e humanas, são: diversidades de ambientes, economia, rede de transporte e circulação, política, população, cultura e cidade-urbano. Mais uma vez, esses critérios surgiram a partir das leituras realizadas. Ressalta-se, não ser intenção apresentar como os únicos para a análise do espaço geográfico amazônico, mas apenas buscar por meio da leitura dialética uma análise e interpretação da diversidade amazônica.

Nos livros analisados encontram-se incongruências nas análises da realidade empírica objetiva. Essas são observadas quando colocadas em trato o espaço geográfico enquanto totalidade⁷. O olhar geográfico, sobre a realidade regional amazônica, está fundado na ideia da relação sociedade espaço e não na ideia de sociedade natureza.

Isso significa que a produção desse espaço regional é produto histórico, envolvendo colonizadores e povos em processos de colonização por meio de

⁷ A ideia de totalidade está substanciada a partir do que propõe o professor Milton Santos em sua obra natureza do espaço razão e emoção publicada originalmente no ano de 1996. Isto é, os espaços contem e nele está contido todas as dimensões da vida social, compreendendo o espaço como um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e ações.

conquista territorial, submissão de população e apropriações dos lugares e recursos. Esse movimento é contraditório e expresso um processo ainda em curso. Portanto, destoando do conteúdo apresentado na maioria das vezes pelos livros didáticos quando tratam da realidade geográfica Amazônia.

A crítica aqui observada direciona-se as análises sincrônicas da produção do espaço regional amazônico no tempo. Em geral as produções didáticas trabalham a produção do espaço Amazônico como sendo linear. Apresentando seus argumentos a partir da colonização portuguesa no século XVII com produção dos fortes militares, economia extrativas das drogas dos sertões, final do século XVIII e todo o XIX dominado pela economia da Borracha, decadência dessa economia no início do século XX e a partir da segunda metade desse século o desenvolvimento da economia mineradora e pecuarista que de imediato associam esses processos ao desflorestamento da região.

Entende-se que para pensar e compreender a geografia regional amazônica a partir de um movimento sincrônico e linear, perde-se a compreensão da realidade em sua dimensão. Pois que a história dos lugares e a produção do espaço se fazem a partir da acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1997), em movimentos contraditórios da sincronia e diacronia, isto é, muito das atividades econômicas do passado estão presente nos tempos atuais.

As atividades extrativistas das drogas dos sertões bem como a extração do látex, não estão apenas na história do passado, fazem parte da vida de trabalho e renda de muitos grupos da Amazônia. Nos Estados do Pará, Acre e Amazonas muitas famílias retiram da extração da borracha maior parte da renda familiar. Igualmente, na maioria dos Estados da região Amazônica a extração de produtos das florestas (drogas dos sertões) é uma atividade presente alimentando o abastecimento das feiras de produtos e frutos da floresta. Nesse quesito talvez um do maior exemplo é a feira do Ver-o-Peso, a maior feira de produtos florestais da América Latina. Essa análise e compreensão diacrônica os livros didáticos analisados não consideram.

Em relação a obra intitulada “Geografia espaço e vivência” da editora Saraiva, o conteúdo geográfico amazônico apresenta pouco destaque a diversidade de ambiente existente nesse recorte regional. Trabalha com uma visão uniforme da heterogeneidade física em suas dimensões faunística, florística, climática e hidrográfica da Amazônia.

Exemplifique-se com o trabalho de Eidorfe Moreira (1989) quando conceitua essa região, afirmando que não há somente uma grande rede hídrica na Amazônia, tem-se uma diversidade de grandes, médios, pequenos rios e cursos d'água menores (igarapés) que alimentam, irrigam e drenam a região constituindo várias bacias hidrográficas. Igualmente, esses “caminhos das águas” são muitos distintos quanto as constituições de relevo, volume, tipos de águas (branca, claras e preta), assim como a fauna e flora, diversa e grandiosa. Ademais, na Amazônia há também que se considerar as bacias hidrográficas constituídas e formadas por áreas de igapó, de várzea e aquelas localizadas nas áreas de terra firme.

Na questão econômica da região essa coleção destaca apenas os setores de mineração, pecuária e o extrativismo da madeira e mais recentemente o monocultivo da soja, sem considerar e analisar a agricultura camponesa e a economia da pesca, assim como o setor do comércio e serviços das pequenas e médias cidades que dão dinamismo a região.

Há, como afirma Gonçalves (2001), várias amazônias na Amazônia. Amazônia da mata, uma Amazônia desmatada, Amazônia do grande latifundiário, Amazônia dos assentamentos de reforma agrária, Amazônia dos povos indígenas e remanescente de quilombo, Amazônia das comunidades camponesas, Amazônia das metrópoles modernas de Belém e Manaus, das cidades empresas ligadas a extração de minérios, Amazônia ribeirinha, Amazônia litorânea com manguezais e praias de águas do mar, Amazônia dos movimentos de luta pela floresta e pela terra e pela água, Amazônia dos grupos atingidos por barragens das grandes usinas hidroelétricas, Amazônia das mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre outras amazônias requerida e cobiçada por muitos interesses do capital nacional e internacional que de alguma maneira ficam esquecidas ou nos esquecimentos nos conteúdos apresentados nos livros didáticos que se ensina Geografia.

Quanto à rede de transporte e circulação a obra dá insuficiente destaque ao transporte hidroviário, sendo que ainda nos dias de hoje a vida dos ribeirinhos funciona em torno dos rios, ao mesmo tempo não alude o transporte e circulação da cidade e do urbano e do transporte aeroviário. De tal modo, o livro destaca a integração rodoviária pós 1960 fruto de política estratégica do governo federal tendo como os protagonistas: os gestores territoriais civis, militares e o grande capital nacional e internacional.

Na política, o Estado aparece como o único gestor e organizador de políticas públicas, bem como o organizador do espaço regional, desconsiderando a luta política de outros protagonistas: movimentos dos sem-terra, dos pescadores artesanais, dos indígenas e das Ongs que operam na região.

No que diz respeito a sua população mesmo mencionando a miscigenação amazônica não são citadas as comunidades caboclas, ribeirinha, extrativista, negras remanescentes de quilombos e de migrantes de ontem e de hoje, que convivem com um ecossistema complexo e muito a ser descoberto e ao mesmo tempo, não mencionando as mais variadas manifestações culturais dessa população seu artesanato, religiosidade e a produção cultural dos diferentes povos indígenas e comunidades da região.

Analisando a produção do espaço cidade-urbano, a obra evidência as grandes metrópoles Belém e Manaus e cita, sem análise, as capitais dos Estados, deixando de mencionar as cidades médias e pequenas que possuem importância nos contextos nos quais estão inseridas. Acerca dessa temática Becker (1990), assevera que o projeto de ocupação da fronteira teve a urbanização como estratégia, intimamente associada à mobilidade do trabalho. Diante disso, o núcleo urbano ou a cidade, foi um poderoso fator de atração de migrantes, pois o Estado e seus parceiros assentou primeiramente a população para que posteriormente pudesse explorar o recurso dessa região.

Nesses termos, no contexto atual, destaca-se as cidades médias com o papel fundamental na rede urbana, pois essas cidades possuem situação geográfica favorável, a presença de instituições do Estado e comandam um conjunto de pequenas cidades por oferecerem bens, serviços aquelas cidades de menor porte, por isso, são importantes elos entre as pequenas cidades e os grandes centros urbanos.

A obra Geografia Cidadã apresenta apenas o conceito de região e regionalização, assim como propostas de regionalizar o espaço brasileiro, mas sem aprofundar as particularidades dessas regiões, apenas as citam. Dentre as propostas destacadas: Regiões geoeconômicas pelo geógrafo do Pedro Pinchas Geiger (Amazônia, nordeste e centro-sul), Proposta de outro geógrafo Roberto Lobato Corrêa que divide o território em três regiões (Amazônia, Centro-sul e nordeste), Regionalização do Brasil por Milton Santos (Amazônia, Nordeste, Centro-

Oeste e região concentrada) e a finalizar a proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

Considera-se que todas estas propostas de regionalizar o território brasileiro são importantíssimas no ensino de Geografia nas escolas da educação básica. Porém, não há aqui, a pretensão de apontar qual a forma mais adequada de regionalização do espaço brasileiro e a análise regional capaz de dar conta de explicar certos processos sociais. O que se pode afirmar é que o estudo regional continua atual, e o “carro chefe” para um grande número de geógrafos.

Deste modo, no 7º ano do ensino fundamental, os alunos se deparam com o conteúdo do espaço social e, principalmente, o espaço brasileiro. Pensar, acerca do tema “região” não é uma tarefa fácil. No entanto, a partir deste estudo, o professor poderá introduzir uma discussão para estimular o aluno a raciocinar, a construir o saber, e não o receber pronto. Nesse sentido, é fundamental problematizar a questão regionalização, para refletir sobre as disparidades regionais, que é obra da sociedade em sua interação com a natureza, e em especial da Amazônia com toda a sua complexidade e diversidade.

Na obra intitulada “Geografia Vontade do Saber” da editora FTD, a região Amazônica surge sutilmente no capítulo destinado ao conteúdo geográfico da região norte, haja vista, que este livro didático utiliza à divisão regional do IBGE, dando pouco destaque a diversidade de espécies, mencionando sucintamente os aspectos da hidrografia, fauna, flora e clima, além de não destacar a biodiversidade do espaço amazônico.

Na questão econômica destaca-se o extrativismo vegetal (Resex), e mineral, evidência da mesma forma a economia extrativista da madeira e o arco do desmatamento como grave ameaça ambiental. Diferentemente das demais obras, essa menciona a economia pecuária e a expansão da lavoura monocultura da soja. Também não destaca o setor de comércio e serviço, a economia da pesca e a agricultura camponesa.

Ao contrário da primeira obra analisada esta destaca a rede de transporte e circulação hidroviária e a relação do ribeirão com o rio, porém não faz referência ao transporte e circulação ferroviário e aeroviário. Quanto ao critério político também se destaca o papel do Estado, e menciona-se sutilmente os movimentos sociais a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a luta dos povos indígenas pelo

seu território, mas não cita os demais movimentos sociais presentes no espaço amazônico.

Este livro também não apresenta nenhum destaque para a diversidade de povos e os distintos modos de vida presentes na região, mas faz um breve comentário acerca da migração nordestina para a região. Conseqüentemente, também não menciona as mais variadas manifestações culturais dos diferentes lugares das amazônias e comparando a obra intitulada “Geografia espaço e vivência” da editora Saraiva, esta última menciona o crescimento das cidades médias a exemplo de Santarém-PA, sendo uma cidade considerada polarizadora para mesorregião do Oeste paraense.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho empreendeu-se um esforço para compreendê-la o conceito de Amazônia e por meio da revisão bibliográfica de autores como: Eidorfe Moreira (1989); Berta Becker (1990); Gonçalves (2001) e Trindade Júnior (2006), constatou-se que o espaço amazônico é uma região extremamente complexa e diversificada, por isso essa região só pode ser compreendida a partir da sua diversidade.

Constatou-se, há várias amazônias na Amazônia. Esse espaço possui conceito polissêmico tangenciando interesses de quem faz uso e se converte em determinados conceitos conforme os interesses de quem usa. Essa região é formada por múltiplas comunidades indígenas, negras remanescente de quilombos, ribeirinhas, de migrantes de ontem e de hoje, caboclas, extrativistas e de mulheres quebradeiras de coco de babaçu, ou seja, a Amazônia também é fruto dessa sóciobiodiversidade de povos e culturas.

Diante dessa realidade, observou-se que as produções didáticas apresentam a produção do espaço Amazônico como sendo linear, porém entende-se que para pensar e compreender a geografia regional amazônica a partir de um movimento sincrônico e linear perde-se a compreensão da realidade, ou seja, muito das atividades econômicas do passado estão presente nos tempos. Pois, essas atividades ainda fazem parte da vida e renda de muitos grupos da Amazônia. Nesse

sentido, talvez um do maior exemplo são as feiras na Amazônia, essa análise e compreensão diacrônica os livros didáticos analisados não consideram.

Do conjunto das análises realizadas, pôde-se inferir que as obras não tratam o espaço amazônico enquanto totalidade, à pouca atenção dada ao conteúdo que envolve a realidade amazônica, bem como a não utilização da produção de pesquisadores do espaço geográfico amazônico na elaboração do conteúdo dos livros didáticos.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios n. 192).
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEVON, Boligan. MARTINEZ, Rogério. GARCIA, Wanessa. ALVES, Andressa. Geografia – **Espaço e Vivência 7º ano**. Saraiva, 2015.
- FURQUIM JR, Laercio. **Geografia Cidadã – 7º ano**. AJS, 2015.
- MOREIRA, Eidorfe. Conceito de Amazônia. In: **Obras Reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém, Cejup, 1989. Vol I.
- PONTUSCHKA, Nidia Nacib. **Geografia: pesquisa e ensino**. In: CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- ROCHA, Genilton Odilon R. da. Por uma Geografia Moderna na sala de aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de geografia no Brasil. In: **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 08, n. 15, Fortaleza: UFC, 2009. P. 75-94. Disponível em [//http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/270](http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/270).
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: 5ª ed. Hucitec, 1997.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. – 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- TORREZANI, Neiva. **Vontade do saber – 7º ano**. FTD, 2015
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Pensando a concepção de Amazônia. In: SILVA, José Borzacchiello da Silva; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Orgs.) **Panorama da Geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.
- VLACK, Vânia. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006 p. (Dissertação de Mestrado).

ANEXO

OBRA	DIVERSIDADE DE AMBIENTES	ECONOMIA	REDE DE TRANSPORTE/ CIRCULAÇÃO
<p>GEOGRAFIA ESPAÇO E VIVÊNCIA</p> <p>EDITORA SARAIVA</p>	<p>Destaque para uniformidade regional como:</p> <p>1 – ênfase para a hidrografia da região com destaque aos grandes rios, sem contudo fazer análises dos rios e igarapés de menor dimensões que se destacam na região;</p> <p>2 – olhar uniforme para os diferentes tipos de vegetação;</p> <p>3 – Nenhum destaque para as diferenças de clima e temperatura que se destacam nas diferentes amazônias;</p> <p>4 – Ênfase a biodiversidade destacando a fauna e flora sem fazer relação com a população regional, isto é desconsiderando que a biodiversidade da região é resultado da sócio biodiversidade</p>	<p>Consideração sobre uma economia pouca dinâmica que nas análises:</p> <p>1 - Destaque para economia mineradora;</p> <p>2 - Ênfase para economia extrativista da madeira;</p> <p>3 - Destaque para economia pecuária;</p> <p>4 - Pouco destaque para o setor de comercio e serviços;</p> <p>5 - Nenhuma ênfase a economia da pesca;</p> <p>6 - Ínfima descrição sobre a agricultura camponesa.</p>	<p>Quanto a rede de transporte e circulação a obra:</p> <p>1 – destaca a integração regional rodoviária pós-1960;</p> <p>2 – Pouco destaque a rede de transporte e circulação hidroviária;</p> <p>3 – pouco destaque a circulação ferroviária;</p> <p>4 - Nenhuma menção aos transporte e circulação da cidade e urbano.</p> <p>5 – nenhum destaque para os transportes aeroviários.</p>

	(GONÇALVES, 2012).		
POLÍTICA	POPULAÇÃO	CULTURAS	CIDADE-URBANO
<p>1 – Destaque para o Estado como sujeito produtor e organizador do espaço regional;</p> <p>2 – Pouco destaque para os movimentos sociais que atuam no espaço regional;</p> <p>3 – Pouco destaque para as organizações políticas dos sujeitos indígenas;</p> <p>4 – Nenhuma menção as ações dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra;</p> <p>5 – Pouca menção aos movimentos das Organizações não governamentais (ONGs) que atuam na região;</p> <p>6 – Nenhuma menção aos movimentos dos pescadores artesanais;</p>	<p>Considera que a população da Amazônia é fruto da miscigenação, mas desconsidera nas análises que na região há:</p> <p>1 – Uma diversidade de povos e modos de vida muitos diversos;</p> <p>2 – Trata povos indígenas como uniformes. Mas, deixa de destacar que há na região diferentes povos indígenas que ao longo do tempo produziram espaços distintos;</p> <p>3 – Desconsidera as populações ribeirinhas;</p> <p>4 – Não dá destaque as inúmeras comunidades quilombolas;</p> <p>5 – Não destaca as comunidades camponesas e sua interação com a terra/água/floresta;</p>	<p>Quase sempre considera como homogêneo o que na Amazonia é muito diverso:</p> <p>1 – Não destaca as variadas manifestações culturais nos diferentes lugares das amazônias;</p> <p>2 – Não considera a produção do artesanato como produto da cultura regional;</p> <p>3 – Não considera a produção cultural dos diferentes povos indígenas;</p> <p>4 – Não destaca as diferentes manifestações e expressões da religiosidade regional.</p>	<p>Quanto ao a produção do espaço da cidade e urbano:</p> <p>1 – Destaque para as duas grandes metrópoles Belém e Manaus;</p> <p>2 – Destaque para as capitais dos Estados;</p> <p>3 – Pouco destaques para as cidades médias;</p> <p>4 – Pouco destaque para as cidades pequenas e sua importância nos contextos locais;</p> <p>5 – Pouco destaques para as desigualdades produzidas socialmente no espaço da cidade e do urbano.</p>